

SUMÁRIO

Índice de Perguntas.....	25
--------------------------	----

Parte 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

► *Capítulo I*

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....	33
1. Definição	33
2. Direito Penal, Ciência do Direito Penal, Criminologia e Política Criminal	35
3. Funcionalismo	36
4. Categorias do Direito Penal.....	37
5. “Privatização” do Direito Penal	44
6. As velocidades do Direito Penal.....	46

► *Capítulo II*

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL	49
1. Introdução	49
2. Vingança Penal.....	49
2.1. Vingança divina.....	49
2.2. Vingança privada.....	49
2.3. Vingança pública	50
3. Direito Penal na Grécia Antiga.....	50
4. Direito Penal em Roma.....	51
5. Direito Penal Germânico.....	52
6. Direito Penal na Idade Média.....	53
7. A Idade Moderna, o período humanitário e o Iluminismo.....	54
8. Escolas Penais	55
8.1. A Escola Clássica	55
8.2. A Escola Positiva	57
8.3. A Escola Alemã	58
8.4. A <i>Terza Scuola</i>	58
9. A moderna doutrina penal	59
10. História do Direito Penal Brasileiro	62

► *Capítulo III*

FONTES DO DIREITO PENAL.....	63
1. Introdução	63
2. Fonte material do Direito Penal	63
3. Fonte formal do Direito Penal.....	63
3.1. Fonte formal do Direito Penal à luz da doutrina moderna.....	64
4. Fonte informal do Direito Penal (costumes).....	71
5. Características e classificação da lei penal	73

► *Capítulo IV*

INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	75
1. Introdução	75
2. Interpretação extensiva	78
3. Interpretação analógica.....	80
4. Integração da lei penal (analogia).....	81

► *Capítulo V*

TEORIA GERAL DA NORMA PENAL	83
1. Princípios e sua relação com o Direito Penal.....	83
2. Princípios gerais do Direito Penal.....	84
2.1. Princípios relacionados com a missão fundamental do Direito Penal.....	85
2.1.1. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	85
2.1.2. Princípio da intervenção mínima	87
2.1.2.1. Princípio da insignificância (ou bagatela própria).....	89
2.1.2.2. Princípio da bagatela imprópria	110
2.1.2.3. Princípio da adequação social	111
2.2. Princípios relacionados com o fato do agente	112
2.2.1. Princípio da exteriorização ou materialização do fato	112
2.2.2. Princípio da legalidade	113
2.2.2.1. Princípio da legalidade, tipo aberto e a norma penal em branco	120
2.2.3. Princípio da ofensividade ou lesividade.....	127
2.3. Princípios relacionados com o agente do fato	129
2.3.1. Princípio da responsabilidade pessoal.....	129
2.3.2. Princípio da responsabilidade subjetiva.....	130
2.3.3. Princípio da culpabilidade	131
2.3.4. Princípio da igualdade	131
2.3.5. Princípio da presunção de inocência (ou da não culpa).....	132
2.4. Princípios relacionados com a pena.....	139
2.4.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	139

2.4.2.	Princípio da individualização da pena	140
2.4.3.	Princípio da proporcionalidade	140
2.4.4.	Princípio da pessoalidade	140
2.4.5.	Princípio da vedação do “bis in idem”	141

► Capítulo VI

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	147
1. Introdução	147
2. Tempo do crime	147
3. Sucessão de leis no tempo	148
3.1. Sucessão de lei incriminadora	149
3.2. <i>Novatio legis in pejus</i>	149
3.3. <i>Abolitio criminis</i>	152
3.4. <i>Novatio legis in melius</i>	153
3.5. Princípio da continuidade normativo-típica	158
4. Lei temporária e lei excepcional	159
4.1. Constitucionalidade das leis temporárias e excepcionais	160
5. Lei penal no tempo: questões complementares	161
5.1. Retroatividade da jurisprudência	161
5.2. Retroatividade da lei penal no caso de norma penal em branco	166
5.3. Lei intermediária	168

► Capítulo VII

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	169
1. Princípios aplicáveis e territorialidade	169
2. Lugar do crime	173
3. Extraterritorialidade	174
4. Pena cumprida no estrangeiro	177

► Capítulo VIII

EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	181
1. Introdução	181
2. Imunidades diplomáticas	182
3. Imunidades parlamentares	183
3.1. Imunidade parlamentar absoluta (<i>freedom of speech</i>)	183
3.2. Imunidade parlamentar relativa	187
3.2.1. Relativa ao foro	187
3.2.2. Relativa à prisão	193
3.2.3. Relativa ao processo	197
3.2.4. Relativa à condição de testemunha	198

3.3. Imunidades parlamentares e o estado de sítio	199
3.4. Imunidades do parlamentar licenciado	199
3.5. Imunidades dos deputados estaduais.....	199
3.6. Imunidades dos vereadores	203
3.7. Foro por prerrogativa de governadores.....	206
3.8. Foro por prerrogativa de secretários estaduais.....	208
3.9. Foro por prerrogativa de membros do Ministério Público e da Magistratura	209
3.10. Foro por prerrogativa de função x Tribunal do Júri	215

► Capítulo IX

DISPOSIÇÕES FINAIS	217
1. Eficácia da sentença estrangeira.....	217
2. Contagem do prazo.....	223
3. Frações não computáveis da pena	223
4. Conflito aparente de normas	224
4.1. Especialidade (<i>lex specialis derogat legi generali</i>)	225
4.2. Subsidiariedade (<i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>)	226
4.3. Consunção (<i>lex consumens derogat legi consumptae</i>)	227

Parte 2

TEORIA GERAL DO CRIME

► Capítulo I

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO CRIME	231
1. Introdução	231
2. Infração penal, crime, delito e contravenção penal.....	232
3. Diferenças entre crime e contravenção penal	234
3.1. Quanto à pena imposta	234
3.2. Quanto à espécie de ação penal.....	236
3.3. Quanto à admissibilidade da tentativa	236
3.4. Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira	236
3.5. Quanto à competência para processar e julgar	237
3.6. Quanto ao limite das penas.....	237
3.7. Quanto ao período de prova do <i>sursis</i>	237
3.8. Quanto ao cabimento de prisão preventiva e temporária.....	237
3.9. Quanto à possibilidade de confisco	238
3.10. Quanto à ignorância ou à errada compreensão da lei.....	238
4. Sujeitos do crime	239
4.1. Sujeito ativo.....	239
4.2. Vítima e Sujeito passivo	247

4.2.1.	Vítima	248
4.2.1.1.	Classificações de vítimas.....	255
4.2.1.2.	Vitimização	257
4.2.1.3.	Vitimização primária, vitimização secundária e vitimização terciária	259
4.2.2.	Sujeito passivo	261
5.	Objetos (material e jurídico) do crime material	266
6.	Classificação doutrinária de crimes	268
6.1.	Crime material, formal e de mera conduta	269
6.2.	Crime comum, próprio e de mão própria	269
6.3.	Crime doloso, culposo e preterdoloso	270
6.4.	Crime instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes.....	270
6.5.	Crime consumado e tentado	271
6.6.	Crime de dano e de perigo	271
6.7.	Crime simples, complexo, qualificado e privilegiado.....	272
6.8.	Crime plurissubjetivo e unissubjetivo	273
6.9.	Crime comissivo e omissivo	274
6.10.	Crime unissubsistente e plurissubsistente.....	275
6.11.	Crime habitual.....	275
6.12.	Outras classificações	276
7.	Substratos do crime	291

► Capítulo II

FATO TÍPICO.....	293
1. Introdução	293
2. Conduta	293
2.1. Teoria Causalista	294
2.2. Teoria Neokantista	297
2.3. Teoria Finalista.....	301
2.4. Teoria social da ação	304
2.5. Teorias funcionalistas.....	305
2.5.1. Funcionalismo Teleológico, Dualista, Moderado ou da Política Criminal.....	307
2.5.2. Funcionalismo Radical, Sistêmico ou Monista	308
2.6. Teoria da ação significativa	311
2.7. Características e elementos da conduta.....	312
2.8. Causas de exclusão da conduta	312
2.8.1. Caso Fortuito ou de Força Maior	313
2.8.2. Involuntariedade.....	313
2.8.3. Coação física irresistível (<i>vis absoluta</i>)	314

2.9.	Formas de conduta.....	314
2.9.1.	Quanto à voluntariedade do agente	315
2.9.1.1.	Do crime doloso.....	315
2.9.1.1.1.	Espécies de dolo	316
2.9.1.1.2.	Fases da conduta dolosa.....	320
2.9.1.2.	Do crime culposos	321
2.9.1.2.1.	Espécies de culpa.....	326
2.9.1.2.2.	Exclusão da culpa	330
2.9.1.3.	Do crime preterdoloso	331
2.9.2.	Erro de tipo.....	333
2.9.2.1.	Erro de tipo x Erro de proibição	333
2.9.2.2.	Erro de tipo: espécies.....	334
2.9.2.3.	Erro de tipo: questões complementares.....	342
2.9.3.	Quanto ao modo de execução.....	344
2.9.3.1.	Crime comissivo.....	344
2.9.3.2.	Crime omissivo.....	345
2.9.3.2.1.	Crime omissivo impróprio: (in) constitucionalidade.....	350
2.9.3.3.	Crime de conduta mista.....	351
3.	Resultado	352
4.	Nexo causal	356
4.1.	Conceito	356
4.1.1.	Causalidade estatística.....	358
4.2.	Concausas	361
4.3.	A teoria da imputação objetiva.....	365
4.3.1.	Criação ou incremento de um risco proibido.....	367
4.3.2.	Realização do risco no resultado.....	368
4.3.3.	Resultado se encontra dentro do alcance do tipo.....	369
4.4.	Causalidade nos crimes omissivos.....	370
5.	Tipicidade penal	371
5.1.	Evolução da tipicidade penal.....	371
5.2.	Tipicidade conglobante.....	373
5.3.	Espécies de tipicidade formal.....	374
5.4.	Tipo penal: elementos.....	375
5.5.	Tipo penal: modalidades	376

► Capítulo III

ILICITUDE.....	379
1. Conceito	379
2. Relação entre tipicidade e ilicitude	381

3.	Causas excludentes da ilicitude (descriminantes ou justificantes)	383
3.1.	Estado de necessidade	386
3.1.1.	Requisitos do estado de necessidade	387
3.1.2.	Estado de necessidade e erro na execução	392
3.2.	Legítima defesa	393
3.2.1.	Requisitos da legítima defesa	393
3.2.2.	Legítima defesa e erro na execução	399
3.2.3.	Legítima defesa da honra nos crimes contra a vida	401
3.3.	Estrito cumprimento de um dever legal	404
3.4.	Exercício regular de um direito	405
3.4.1.	A problemática dos “ofendículos”	407
3.5.	Consentimento do ofendido	408
3.6.	<i>Ticking Bomb Scenario Theory</i> : o emprego da tortura na iminência de um ato terrorista	411
4.	Excesso nas justificantes	414
5.	Descriminante putativa	416

► Capítulo IV

CULPABILIDADE	419
1. Conceito	419
2. Teorias da culpabilidade.....	421
2.1. Teoria psicológica da culpabilidade	421
2.2. Teoria psicológica normativa.....	422
2.3. Teoria normativa pura da culpabilidade (extremada e limitada).....	422
2.4. Teoria da culpabilidade.....	423
3. A culpabilidade do autor x culpabilidade do fato.....	424
4. Culpabilidade formal e material	425
5. Elementos da culpabilidade.....	425
5.1. Imputabilidade.....	425
5.1.1. Causas de imputabilidade	427
5.1.2. A imputabilidade do indígena não integrado.....	435
5.1.3. A emoção e a paixão.....	436
5.1.4. A constatação da imputabilidade	436
5.1.5. Justiça penal consensual na imputabilidade por doença mental.....	437
5.2. Potencial consciência da ilicitude	441
5.2.1. Erro de proibição.....	442
5.2.1.1. Espécies de erro de proibição.....	445
5.2.1.2. Erro de proibição e erro de tipo	445
5.3. Exigibilidade de conduta.....	446
5.3.1. Coação irresistível	446

5.3.1.1.	Requisitos da coação irresistível	446
5.3.2.	Obediência hierárquica	448
5.3.2.1.	Requisitos da obediência hierárquica.....	449
5.3.3.	Dirimentes supralegais	450
5.4.	Síntese das causas legais de exclusão da culpabilidade.....	453

► Capítulo V

PUNIBILIDADE	455
1. Conceito	455
2. Causas de extinção da punibilidade	456
2.1. Morte do agente.....	458
2.2. Anistia, graça e indulto.....	460
2.2.1. Anistia, graça e indulto e os crimes hediondos e equiparados.....	465
2.3. “ <i>Abolitio criminis</i> ”	470
2.4. Decadência.....	470
2.5. Perempção.....	471
2.6. Prescrição	472
2.6.1. Conceito	472
2.6.2. Hipóteses de imprescritibilidade	473
2.6.3. Prescrição: fundamentos.....	474
2.6.4. Prescrição: espécies.....	475
2.6.4.1. Prescrição da pretensão punitiva	475
2.6.4.1.1. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição em abstrato (PPPA)	475
2.6.4.1.2. Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente (PPPS ou PPPI)	494
2.6.4.1.3. Prescrição da pretensão punitiva retroativa (PPPR)	495
2.6.4.1.4. Prescrição da pretensão punitiva em perspectiva, virtual, antecipada ou por prognose (PPPV)	497
2.6.4.1.5. PPPA, PPPS e PPPR: resumo.....	498
2.6.4.2. Prescrição da pretensão executória (PPE)	498
2.6.4.2.1. PPE: consequências.....	499
2.6.4.2.2. PPE: termo inicial	499
2.6.4.2.3. PPE: exemplo.....	503
2.6.5. Prescrição e atos infracionais.....	504
2.6.6. A prescrição da pena de multa	505
2.6.7. A redução dos prazos prescricionais (art. 115 do CP)	507
2.7. Renúncia ao direito de agir.....	510
2.8. Perdão (aceito) do ofendido.....	511
2.9. Retratação do agressor	513
2.10. Perdão judicial.....	514

► *Capítulo VI*

"ITER CRIMINIS"	519
1. Introdução	519
2. Fases do crime	519
2.1. Cogitação	519
2.2. Atos preparatórios	520
2.3. Atos executórios	521
2.4. Consumação	523
3. Crime consumado.....	523
4. Da tentativa.....	525
4.1. Infrações penais que não admitem tentativa	528
5. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	531
5.1. Desistência voluntária	533
5.2. Arrependimento eficaz	535
6. Arrependimento posterior.....	536
6.1. Situações especiais de reparação do dano ou restituição da coisa	539
7. Crime impossível	542

► *Capítulo VII*

CONCURSO DE PESSOAS NA PRÁTICA DE CRIMES	547
1. Introdução	547
2. Conceito	547
3. Requisitos.....	548
4. Formas de praticar o crime quanto ao sujeito	550
4.1. Autoria (<i>Animus auctoris</i>).....	550
4.2. Autoria mediata	553
4.3. Autoria colateral	558
4.4. Multidão delinquente.....	559
4.5. Coautoria.....	560
4.6. Participação (<i>Animus socii</i>).....	561
4.6.1. Participação em cadeia e participação sucessiva.....	563
4.6.2. Participação negativa.....	564
5. Concurso de pessoas em crimes culposos.....	564
6. Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	564
7. Punibilidade no concurso de pessoas	566
8. Participação de menor importância.....	567
9. Participação dolosamente distinta	568
10. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.....	569
11. Participação impunível.....	571

*Parte 3***TEORIA GERAL DA PENA**► *Capítulo I*

CONCEITO E FUNDAMENTOS DA PENA.....	575
1. Introdução	575
2. Finalidades (ou funções) da pena	576
2.1. Finalidade da pena no Brasil	577
3. Justiça restaurativa, justiça reparatoria e justiça negociada	578
4. Princípios informadores da pena	590
5. Penas proibidas no Brasil.....	604
6. Penas permitidas no Brasil	607

► *Capítulo II*

APLICAÇÃO DA PENA	611
1. Introdução	612
2. Fixação da pena privativa de liberdade	612
3. Primeira fase de aplicação da pena	613
3.1. Culpabilidade do agente	617
3.2. Antecedentes do agente	618
3.3. Conduta social do agente	622
3.4. Personalidade do agente	623
3.5. Motivos do crime.....	625
3.6. Circunstâncias do crime.....	626
3.7. Consequências do crime	626
3.8. Comportamento da vítima.....	628
4. Segunda fase de aplicação da pena	629
4.1. Das agravantes	630
4.1.1. Reincidência (art. 61, I).....	632
4.1.2. Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, “a”).....	638
4.1.3. Crime cometido para facilitar ou assegurar a execução ou ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, “b”).....	639
4.1.4. Crime cometido com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, “c”).....	639
4.1.5. Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, “d”).....	639
4.1.6. Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, “e”)	640

4.1.7.	Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica (art. 61, II, "f")	640
4.1.8.	Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (art. 61, II, "g")	643
4.1.9.	Crime praticado contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, "h")	644
4.1.10.	Crime praticado quando o ofendido estava sob imediata proteção da autoridade (art. 61, II, "i")	645
4.1.11.	Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou desgraça particular do ofendido (art. 61, II, "j")	645
4.1.12.	Crime praticado em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, "l")	646
4.1.13.	Crime praticado nas dependências de instituição de ensino (art. 61, II, "m")	647
4.1.14.	Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62)	647
4.2.	Das atenuantes	648
4.2.1.	Menoridade (art. 65, I, 1ª parte)	652
4.2.2.	Senilidade (art. 65, I, 2ª parte)	653
4.2.3.	O desconhecimento da lei (art. 65, II)	654
4.2.4.	Motivo de relevante valor moral ou social (art. 65, III, "a")	654
4.2.5.	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano (art. 65, III, "b")	655
4.2.6.	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, "c")	656
4.2.7.	Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, "d")	656
4.2.8.	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (art. 65, III, "e")	664
4.2.9.	Circunstâncias atenuantes inominadas (art. 66)	664
5.	Terceira fase de aplicação da pena	665
5.1.	Concurso (homogêneo) de causas de aumento	667
5.2.	Concurso (homogêneo) de causas de diminuição	669
5.3.	Concurso (heterogêneo) de causas de aumento e de diminuição	670
6.	Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade	671
6.1.	Regime fechado	672
6.2.	Regime semiaberto	681
6.3.	Regime aberto	682
6.4.	Pena de reclusão	685

6.5.	Pena de detenção	687
6.6.	Pena de prisão simples.....	688
6.7.	Regime de cumprimento de pena do índio	689
6.8.	Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher.....	689
6.8.1.	Mulheres privadas de liberdade nos países da América	689
6.9.	Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração.....	690
6.10.	Sistema progressivo de cumprimento da pena privativa de liberdade	693
6.11.	Limite das penas.....	705
7.	Penas e medidas alternativas à prisão.....	707
7.1.	As penas restritivas de direitos.....	708
7.1.1.	Introdução	708
7.1.2.	Restritivas de direitos: espécies	709
7.1.3.	Restritivas de direitos: características.....	715
7.1.4.	Restritivas de direitos: requisitos.....	716
7.1.5.	Penas restritivas de direitos x crimes hediondos (ou equiparados)	718
7.1.6.	Penas restritivas de direitos x delitos de ameaça, lesão corporal leve e constrangimento ilegal.....	719
7.1.7.	Penas restritivas de direitos x crime de roubo.....	720
7.1.8.	Penas restritivas de direitos x crimes militares.....	720
7.1.9.	Penas restritivas de direitos na Lei de Abuso de Autoridade.....	722
7.1.10.	Restritivas de direitos: regras da substituição	724
7.1.11.	Restritivas de direitos: conversão.....	724
7.1.12.	Restritivas de direitos: momento de execução	727
7.2.	A pena de multa	728
7.2.1.	Introdução	728
7.2.2.	Aplicação da pena de multa	729
7.2.3.	Pagamento (voluntário) da multa.....	733
7.2.4.	Não pagamento da pena de multa	734
7.2.5.	Cumulação de penas de multa	741
7.2.6.	A multa e a Lei Maria da Penha.....	742
7.2.7.	A multa no tráfico de drogas	742
7.2.8.	Pena de multa e prestação pecuniária: distinções.....	743
7.3.	A suspensão condicional da pena (“sursis”)	744
7.3.1.	Conceito e natureza jurídica	744
7.3.2.	Sistemas	745
7.3.3.	Espécies, requisitos e condições.....	746
7.3.4.	Revogação	751
7.3.5.	Cassação.....	753
7.3.6.	Prorrogação.....	754
7.3.7.	Extinção	754

7.4.	Livramento condicional	756
7.4.1.	Conceito e natureza jurídica	756
7.4.2.	Requisitos	756
7.4.2.1.	Objetivos	756
7.4.2.2.	Subjetivos.....	763
7.4.3.	Condições	766
7.4.3.1.	Obrigatórias.....	766
7.4.3.2.	Facultativas	767
7.4.4.	Concessão e execução	767
7.4.5.	Revogação	768
7.4.5.1.	Obrigatória	769
7.4.5.2.	Facultativa.....	770
7.4.6.	Prorrogação.....	770
7.4.7.	Extinção	772
► <i>Capítulo III</i>		
CONCURSO DE CRIMES		773
1.	Conceito	773
2.	Sistemas de aplicação da pena para o concurso de crimes.....	774
3.	Concurso material.....	776
3.1.	Condenação a penas de reclusão e detenção	777
3.2.	Condenação a pena privativa de liberdade e restritiva de direitos	777
3.3.	Concurso material e penas restritivas de direitos.....	777
4.	Concurso formal	778
5.	Continuidade delitiva	782
5.1.	Crime continuado genérico ou comum.....	782
5.2.	Crime continuado específico	786
6.	Questões complementares.....	792
6.1.	Concurso de crimes e prescrição	792
6.2.	Concurso de crimes e suspensão condicional do processo	792
6.3.	Concurso de crimes e pena de multa	793
6.4.	Concurso de crimes e Juizados Especiais Criminais	793
6.5.	Concurso de crimes, prisão preventiva e fiança.....	794
6.6.	Concurso de crimes na execução penal.....	794
► <i>Capítulo IV</i>		
DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....		795
1.	Conceito, fundamentos e finalidade das medidas de segurança.....	795
2.	Princípios informadores das medidas de segurança.....	796
3.	Espécies de medida de segurança.....	797

4.	Pressupostos da medida de segurança.....	800
5.	Aplicação das medidas de segurança.....	801
5.1.	Duração da medida de segurança	801
5.2.	Perícia médica	802
6.	Desinternação ou liberação condicional	803
7.	Reinternação do agente	803
8.	Conversão da pena em medida de segurança	804
9.	Internação cível.....	805
10.	Extinção da punibilidade e medida de segurança.....	806
11.	Medida de segurança provisória	808

► *Capítulo V*

EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	811
1. Introdução	811
2. Efeitos extrapenais genéricos	812
2.1. Tornar certa a obrigação de indenizar.....	812
2.2. Confisco dos instrumentos e produtos do crime	815
2.2.1. Confisco em decorrência do tráfico de drogas	819
2.2.2. Confisco em decorrência da lavagem de capitais.....	823
2.3. Confisco alargado	823
3. Efeitos extrapenais específicos.....	828
3.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	830
3.1.1. Efeitos administrativos da condenação	830
3.1.2. Efeitos políticos da condenação.....	832
3.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela	838
3.3. A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	841
4. Efeito da condenação na legislação extravagante.....	842
4.1. Lei de Tortura	842
4.2. Lei de Organização Criminosa	843
4.3. Lei nº 7.716/89 – Preconceito Racial.....	843
4.4. Lei de Lavagem de Capitais	843
4.5. Lei de Falência	844
4.6. Lei nº 10.695 – alteração ao Código de Processo Penal	844
4.7. Lei de Abuso de Autoridade.....	844

► *Capítulo VI*

REABILITAÇÃO.....	849
1. Conceito e Cabimento.....	849
1.1. Assegurar sigilo das condenações	849

1.2. Suspensão condicional dos efeitos extrapenais específicos da condenação (art. 92 do CP)	850
2. Requisitos.....	851
3. Revogação	853
4. Competência e recurso	853
5. Reabilitação e pluralidade de condenações.....	853
► <i>Capítulo VII</i>	
AÇÃO PENAL	855
1. Introdução	855
2. Características do direito de ação	855
3. Condições da ação	856
4. Classificação da ação penal	857
4.1. Ação penal pública incondicionada	858
4.2. Ação penal pública condicionada.....	860
4.2.1. Da representação do ofendido	860
4.2.2. Da requisição do Ministro da Justiça	863
4.3. Ação penal de iniciativa privada.....	865
4.3.1. Ação penal exclusivamente privada	865
4.3.2. Ação penal privada personalíssima.....	868
4.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública.....	869
4.3.4. Institutos que ensejam a extinção da punibilidade nos crimes perseguidos mediante ação penal privada.....	870
4.4. Ação penal nos crimes complexos (art. 101 do CP)	873
4.5. Ação penal nos crimes contra a honra	873
4.6. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	875
4.7. Ação penal nos crimes contra pessoas idosas	880
4.8. Ação penal no estelionato	881
4.9. Ação penal na violência doméstica e familiar contra a mulher.....	884
BIBLIOGRAFIA	887

ÍNDICE DE PERGUNTAS

Parte 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

☑ Qual o alcance da expressão “questões específicas” no âmbito da competência penal delegada aos Estados?	63
☑ Costumes criam infrações penais?	72
☑ Costumes revogam infrações penais?.....	72
☑ Qual, então, a finalidade do costume no ordenamento jurídico-penal?.....	72
☑ A pena estabelecida em colaboração premiada pode ser imediatamente executada após a homologação do acordo, ou deve aguardar o trânsito em julgado da sentença condenatória?	138
☑ Qual lei deve ser aplicada se, no decorrer da prática de um crime permanente ou crime continuado, sobrevém lei mais grave?	150
☑ E no caso de crime habitual, como trabalhar a sucessão de leis penais no tempo?	151
☑ Como ficam os efeitos da condenação na hipótese de “abolitio criminis”?	153
☑ Depois do trânsito em julgado, qual o juiz competente para aplicar a lei penal mais benéfica?	154
☑ É possível a aplicação da lei penal mais benéfica durante o seu período de “vacatio legis”?	155
☑ Como proceder em caso de dúvida sobre qual a lei penal mais benéfica?	156
☑ Para beneficiar o réu, admite-se combinação de leis penais?	156
☑ A título de exemplo, imagine-se que a lei A disponha sobre determinado crime prevendo a pena de 2 a 4 anos e multa, enquanto a lei B, passando a disciplinar o mesmo crime, preveja pena de 4 a 8 anos, sem a previsão de multa. É possível conjugar a lei A com a lei B para punir o réu com pena de 2 a 4 anos e sem multa (combinando as partes favoráveis de ambas as leis)?	156
☑ Embaixada é extensão do território que representa?	172
☑ Aplica-se a lei brasileira ao crime cometido a bordo de embarcação privada estrangeira de passagem pelo mar territorial brasileiro?	172
☑ CAIO, autor de homicídio executado no estrangeiro, foge e retorna ao território brasileiro antes do fim das investigações. A lei brasileira alcança este fato?	177
☑ CAIO será processado e julgado no Brasil pela Justiça Federal ou Estadual?	177
☑ Qual a comarca competente para o processo e julgamento de CAIO?	177
☑ O diplomata não deve obediência à nossa Lei?	182
☑ Quais os limites da imunidade parlamentar material?	184
☑ Cabe prisão civil contra o Congressista devedor de alimentos?	196

Parte 2

TEORIA GERAL DO CRIME

☑ Quais as consequências ao se adotar (ou optar) pela etiqueta de crime ou contravenção penal para determinado comportamento humano indesejado pelo meio social?	234
☑ Pessoa jurídica pode figurar como sujeito ativo de crime?.....	239
☑ E se, constatada a prática de um crime, a pessoa jurídica for dissolvida durante a apuração ou o processo criminal?.....	243
☑ Pessoa jurídica de direito público pode ser responsabilizada penalmente por delito ambiental?	244
☑ Os animais podem ser vítimas de crime?.....	261
☑ Pode o homem ser, ao mesmo tempo, sujeito ativo e passivo do crime?	265
☑ É possível crime sem objeto material?	266
☑ O que se entende por crime ultracomplexo?	272
☑ A conduta, como acabamos de apresentar, é um dos elementos do fato típico, e, uma vez ausente, não se pode falar em crime (<i>nullum crimen sine conducta</i>). Mas o que vem a ser, efetivamente, conduta?	293
☑ Qual teoria (da conduta) foi seguida pelo nosso Código Penal?.....	311
☑ Quais as diferenças entre a culpa consciente e o dolo eventual?	327
☑ E o racha (competição de veículos automotores em via pública sem autorização legal)? Dolo eventual ou culpa consciente?	327
☑ Como tratar o atropelamento praticado por motorista embriagado?.....	328
☑ Existe compensação de culpas no Direito Penal?	330
☑ E a concorrência de culpas?	330
☑ O reincidente em crime preterdoloso deve ser tratado como reincidente em crime doloso ou culposos?.....	332
☑ Como aferir a (in)evitabilidade do erro?.....	335
☑ Qual resultado (naturalístico ou normativo) integra o crime?	354
☑ Na relação tipicidade x ilicitude, qual teoria norteia nosso ordenamento jurídico?.....	382
☑ A decisão de arquivamento do inquérito policial com fundamento na exclusão da ilicitude faz coisa julgada material?	384
☑ O estado de necessidade é faculdade ou direito?	386
☑ Quais personagens possuem esse dever?	388
☑ Cabe estado de necessidade em crime habitual e permanente?	391
☑ O furto famélico é crime?.....	392
☑ É possível estado de necessidade contra estado de necessidade?	392
☑ O estado de necessidade é comunicável?	392
☑ É possível legítima defesa no crime de rixa?	396

☒ É possível legítima defesa recíproca?	399
☒ Admite-se legítima defesa contra quem age em estado de necessidade?	400
☒ O particular pode invocar a discriminante do estrito cumprimento do dever legal?	405
☒ A integridade física é bem jurídico disponível?	410
☒ É possível o consentimento do ofendido nos crimes culposos?	411
☒ As discriminantes putativas retratam qual espécie de erro?	416
☒ Qual dos critérios norteou o nosso sistema?	427
☒ O sonâmbulo é considerado doente mental?	427
☒ E o surdo-mudo?	428
☒ E o erro sobre elementos normativos do tipo?	445
☒ Então é possível crime sem punibilidade (sem efeito)?	455
☒ Se o condenado cumpre pena por mais de um crime, e um deles é impeditivo do indulto, este deve ser considerado apenas no caso de concurso de crimes ou também em razão da unificação das penas?	464
☒ Aos crimes hediondos e equiparados, admite-se o indulto humanitário, ou seja, aquele concedido por razões de grave deficiência física ou em virtude de debilitado estado de saúde do requerente?	467
☒ Admite-se o indulto no tráfico de drogas privilegiado?	467
☒ É cabível o instituto do indulto para adolescentes infratores?	468
☒ Qual o interesse do Estado continuar agindo se, ao final, já antevê a extinção do seu direito de punir?	497
☒ Qual a diferença entre o início da execução (punível) e a fase anterior (atos preparatórios, em regra, impuníveis)?	521
☒ Em que momento se iniciou a execução do crime de furto praticado por JOÃO? Foi no momento em que ficou na esquina esperando a vítima sair do imóvel? Será que foi no momento em que começou a escalar o muro da casa? Ou foi no instante em que iniciou a subtração, núcleo do tipo?	521
☒ O que vem a ser crime exaurido?	524
☒ Como se dá a punição do crime tentado?	525
☒ O que se entende por tentativa supersticiosa ou irreal?	528
☒ É possível tentativa na culpa imprópria?	528
☒ É possível tentativa no dolo eventual?	530
☒ E a tentativa nos crimes de ímpeto?	531
☒ A violência imprópria (que, sem o emprego efetivo de força física ou grave ameaça, também atinge a capacidade de resistência da vítima) impede a causa de redução de pena prevista no art. 16 do CP?	537
☒ A reparação do dano, requisito do arrependimento posterior, se comunica ao corréu?	540
☒ A recusa da vítima, não aceitando o valor de reparação ofertado pelo autor, impede o arrependimento posterior?	542

☑ Qual a diferença entre crime impossível e delito putativo?	544
☑ Todos os concorrentes do evento ilícito responderão pela mesma infração penal?	549
☑ Qual a teoria adotada pelo nosso Código Penal na definição de autor do crime?	553
☑ É possível autoria mediata nos crimes culposos?	554
☑ E nos crimes próprios e de mão própria?	555
☑ É possível coautoria em crime próprio?	560
☑ E nos crimes de mão própria?	560
☑ É possível coautoria em crime omissivo próprio?	565
☑ Cabe participação em crime omissivo impróprio?	566

Parte 3

TEORIA GERAL DA PENA

☑ Então o que configura maus antecedentes?	620
☑ Existe limitação temporal para a condenação anterior ser considerada para efeitos de maus antecedentes (a exemplo do que já acontece com a agravante da reincidência)?	621
☑ E se ficar constatado o concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes?	630
☑ Qual a ordem de preponderância no concurso de agravantes e atenuantes?	630
☑ As agravantes sempre agravam a pena?	630
☑ As agravantes incidem em todos os crimes?	631
☑ Agravante não articulada na denúncia pode ser reconhecida?	632
☑ Condenação passada pode servir como maus antecedentes e, ao mesmo tempo, agravante da reincidência?	637
☑ O instituto da reincidência, por si só, não caracteriza “bis in idem”?	637
☑ A vingança é motivo torpe?	638
☑ As atenuantes sempre atenuam a pena?	648
☑ As atenuantes incidem em todos os crimes?	651
☑ Cabe a atenuante quando a confissão é qualificada (ou somente quando simples)?	656
☑ É possível a compensação entre a circunstância agravante da reincidência e a circunstância atenuante da confissão espontânea do réu?	661
☑ A substituição da prisão por penas alternativas é direito subjetivo do condenado ou faculdade do juiz sentenciante?	708
☑ E na hipótese do inc. V (proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos)?	714
☑ Qual o prazo da pena restritiva?	715
☑ O autor de crime preterdoloso, para valer-se dos benefícios da substituição da prisão por penas alternativas, deve preencher os requisitos do crime doloso ou culposos?	718
☑ Qual dos dois diplomas deve prevalecer?	733

☒ De quem é a competência para a execução forçada da pena?.....	734
☒ Nesses casos, é possível o juiz sentenciante, atendendo aos requisitos legais, substituir a pena privativa de liberdade por multa, cumulando, ao final, duas penas pecuniárias?.....	741
☒ Presentes os requisitos legais, pode o magistrado substituir a pena de prisão por outra multa, cumulando, portanto, a multa substitutiva da prisão com a multa principal?	741
☒ O “sursis” é direito subjetivo do condenado ou faculdade do juiz sentenciante?	745
☒ Qual a natureza da prestação de serviços de que trata o art. 78 do CP? Deve ser encarada exclusivamente como condição do <i>sursis</i> ou carrega a característica da pena autônoma e substitutiva da privação de liberdade?	748
☒ Existe algum tipo de “sursis” incondicionado?	750
☒ É possível “sursis” sucessivos e simultâneos?	755
☒ Cabe a medida alternativa do “sursis” para estrangeiro?	755
☒ A falta grave interrompe o prazo para o livramento?	763
☒ No crime continuado é indispensável a homogeneidade subjetiva?	785
☒ Qual lei deve ser aplicada se, no decorrer da prática de um crime continuado, sobrevém lei mais grave?	789
☒ Aplica-se continuidade delitiva em crimes contra a vida?	789
☒ Admite-se, no mesmo contexto fático, crime continuado e concurso formal?	790
☒ A continuidade delitiva é compatível com o crime permanente?	791
☒ E no caso de agente capaz na data da conduta, mas que desenvolve anomalia psíquica no curso da execução da pena (superveniência de doença mental)?	804
☒ O que fazer quando escoado o limite de internação e a periculosidade do agente persistir?	805
☒ E se o produto ou proveito do crime não for encontrado ou estiver localizado no exterior?	817
☒ O que ocorre com bens sequestrados, apreendidos ou sujeitos a qualquer medida assecuratória cujo uso, devido ao interesse público, foi autorizado pelo juiz?	817
☒ Ora, se a LEP já assegura o sigilo, bastando o cumprimento ou extinção da pena, qual é a utilidade da reabilitação nesse ponto?	850
☒ A reabilitação impede a reincidência de crime futuro?	851
☒ Como saber qual ação penal a ser utilizada para perseguir a pena de determinado crime?	858
☒ E no caso de vítima com 17 anos casada, quem representa?	862
☒ Diante da mudança na regra da ação penal dos crimes sexuais, os fatos anteriores que dependiam de representação continuam vinculados à condição de procedibilidade ou o Ministério Público pode oferecer denúncia independentemente de iniciativa da vítima?	879